

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A Uptick Participações S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações, de capital aberto, constituída em 8 de setembro de 1997, e tem por objeto social a participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios, como acionista, sócia, quotista ou consorciada.

A Companhia possui 5,8192% do capital total da controlada em conjunto Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN (“COSERN”), sociedade por ações de capital aberto, concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a projetar, construir e explorar sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo administrar sistemas de produção, transmissão, distribuição ou comercialização de energia pertencentes ao Estado, à União ou a Municípios, prestar serviços técnicos de sua especialidade, realizar operações de exportação e importação, organizar subsidiárias, incorporar ou participar de outras empresas e praticar os demais atos necessários à consecução de seu objetivo, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, órgão vinculado ao Ministério das Minas e Energia.

A COSERN detém junto a ANEEL, a seguinte concessão:

<u>Distribuição</u>	<u>Municípios</u>	<u>Localidades</u>	<u>Data da Concessão</u>	<u>Data de vencimento</u>
COSERN	167	Estado do Rio Grande do Norte	31/12/97	31/12/27

2. Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e as normas do CPC)

As demonstrações contábeis estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações contábeis individuais apresentam a avaliação dos investimentos em empreendimento controlado em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações contábeis individuais não são consideradas como estando em conformidade com as IFRSs, que

exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

2.2. Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

A emissão das demonstrações contábeis individuais foi autorizada pela Administração da Companhia em 27 de março de 2014.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda do principal ambiente econômico onde a Companhia opera ("moeda funcional"). Todas as informações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Reapresentação dos valores correspondentes

Em consonância com o CPC 23 - Políticas Contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erros e CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações financeiras, os valores correspondentes aos balanços patrimoniais de 31 de dezembro de 2012 e 1º de janeiro de 2012 e as informações contábeis relativas às demonstrações do resultado do exercício, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados estão sendo reapresentados, de forma a demonstrar os ajustes decorrentes dos seguintes assuntos:

- (a) Aplicação retrospectiva do CPC 33 (R1) / IAS 19 - Benefícios a Empregados aprovado pela Deliberação CVM Nº 695, de 13 de dezembro de 2012.

Na controlada em conjunto Cosern, os ajustes decorrentes da alteração da regra contábil englobam as alterações relativas à remoção do mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano utilizando a mesma taxa de desconto utilizada no cálculo do passivo atuarial.

Na Uptick, estes ajustes reflexos foram reconhecidos proporcionalmente à participação na Cosern em contrapartida ao resultado abrangente reflexo.

- (b) Correção de erro na apropriação de custos aos ativos vinculados à infra-estrutura da concessão.

Em decorrência do processo de Revisão Tarifária Periódica, a controlada em conjunto Cosern realizou uma revisão dos custos não considerados pela ANEEL na determinação da Base de Remuneração Regulatória - BRR utilizada para fins de definição tarifária, visando validar a pertinência dos registros contábeis à luz das regras societárias.

Após essa revisão constatou-se que alguns gastos foram capitalizados como ativos sem terem aderência às disposições contidas no CPC 27 e CPC 04, que estabelecem os critérios de reconhecimento de ativo imobilizado e intangível, respectivamente. Em decorrência a controlada em conjunto Cosern procedeu aos ajustes retrospectivos dos registros contábeis indevidos, conforme dispõe o CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erros.

Os ajustes efetuados pela controlada em conjunto Cosern decorrentes da correção dos erros identificados, impactaram na reversão dos gastos capitalizados indevidamente no ativo financeiro e intangível, estorno da atualização monetária sobre o ativo financeiro e da amortização acumulada dos montantes classificados como ativo intangível, e no aumento das despesas nos períodos em que as mesmas incorreram, líquidos dos efeitos tributários e que foram ajustados contra lucros acumulados no balanço de abertura.

Na Uptick, os ajustes reflexos decorrentes das correções acima referidas impactaram no resultado de equivalência patrimonial de forma proporcional à participação na Cosern.

(c) Correção de erro no reconhecimento do diferencial de energia comercializada proveniente da Eletronuclear.

A Lei nº 12.111 de 09/12/2009 alterou a regulamentação referente à comercialização da energia proveniente da Eletronuclear e estabeleceu que o pagamento à Eletronuclear da receita decorrente da geração da energia de Angra 1 e 2 fosse rateado entre todas as distribuidoras.

A Resolução homologatória nº 1.406 de 21/12/2012 definiu os valores do diferencial a ser pago à Eletronuclear por cada distribuidora nos anos de 2013 a 2015 e estabeleceu a cobertura tarifária por meio de um componente financeiro a ser considerado nos processos tarifários.

Esse custo de energia adicional, que em valores proporcionais a participação da Uptick, corresponde a R\$ 518 foi reconhecido pela controlada em conjunto Cosern em 31 de dezembro de 2012.

Balanco Patrimonial em 31/12/2012

	31/12/2012 Publicado	Efeito proporcional CPC 33(R1)	Efeito proporcional Base de Remuneração Regulatória	Efeito proporcional da RH 1.406/12	31/12/2012 Reapresentado
Ativo					
Ativo Circulante	7.086				7.086
Total do Ativo Circulante	7.086	-	-		7.086
Realizável a Longo Prazo	3.548				3.548
Investimentos em controladas	48.445	(19)	(5.911)	(517)	41.998
Intangível	19.601				19.601
Total do Ativo não Circulante	71.594	(19)	(5.911)	(517)	65.147
Total do Ativo	78.680	(19)	(5.911)	(517)	72.233
Passivo					
Passivo Circulante	5.705				5.705
Total do Passivo Circulante	5.705				5.705
Passivo não Circulante	12				12
Total do Passivo não Circulante	12				12
Patrimônio Líquido					
Capital Social	49.646				49.646
Reservas de Lucros	23.317		(5.911)	(517)	16.889
Outros resultados abrangentes		(19)			(19)
Prejuízos Acumulados					
Total do Patrimônio Líquido	72.963	(19)	(5.911)	(517)	66.516
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	78.680	(19)	(5.911)	(517)	72.233

Balanco Patrimonial em 01/01/2012 :

	01/01/2012 Publicado	Efeito proporcional CPC 33(R1)	Efeito proporcional Base de Remuneração Regulatória	Efeito proporcional da RH 1.406/12	01/01/2012 Reapresentado
Ativo					
Ativo Circulante	4.732				4.732
Total do Ativo Circulante	4.732	-	-		4.732
Realizável a Longo Prazo	3.790				3.790
Investimentos em controladas	44.793		(3.644)		41.149
Intangível	19.601				19.601
Total do Ativo não Circulante	68.184		(3.644)		64.540
Total do Ativo	72.916		(3.644)		69.272
Passivo					
Passivo Circulante	2.539				2.539
Total do Passivo Circulante	2.539				2.539
Passivo não Circulante	12				12
Total do Passivo não Circulante	12				12
Patrimônio Líquido					
Capital Social	49.646				49.646
Reservas de Lucros	14.084				14.084
Dividendo Adicional Proposto	6.191				6.191
Outros resultados abrangentes	444				444
Prejuízos Acumulados			(3.644)		(3.644)
Total do Patrimônio Líquido	70.365		(3.644)		66.721
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	72.916		(3.644)		69.272

Demonstração do Resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 :

	31/12/2012 Publicado	Efeito proporcional Base de Remuneração Regulatória	Efeito proporcional da RH 1.406/12	31/12/2012 Reapresentado
Resultado de equivalência patrimonial	14.305	(2.268)	(517)	11.520
Despesas administrativas	(473)			(473)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	13.832	(2.268)	(517)	11.047
Receita financeira	457			457
Receita (despesas) financeiras líquidas	457			457
Resultado antes dos impostos	14.289	(2.268)	(517)	11.504
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	14.289	(2.268)	(517)	11.504

Demonstração das mutações do patrimônio líquido referentes a 31 de dezembro e 1º de janeiro de 2012

	Reserva de lucros			Dividendos Adicionais Propostos	Outros Resultados Abrangentes	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
	Capital Social	Reserva de lucros	Reserva legal				
Saldos em 01/01/2012-Publicado	49.646	9.175	4.909	6.191	444		70.365
Efeito proporcional Base de Remuneração Regulatória						(3.644)	(3.644)
Saldos em 01/01/2012-Reapresentado	49.646	9.175	4.909	6.191	444	(3.644)	66.721

	Reserva de lucros			Dividendos Adicionais Propostos	Outros Resultados Abrangentes	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
	Capital Social	Reserva de lucros	Reserva legal				
Saldos em 31/12/2012-Publicado	49.646	17.694	5.623				72.963
Efeito proporcional CPC 33(R1)		(5.911)			(19)		(5.930)
Efeito proporcional Base de Remuneração Regulatória							
Efeito proporcional da RH 1.406/12		(517)					(517)
Saldos em 31/12/2012-Reapresentado	49.646	11.266	5.623		(19)		66.516

Demonstração do fluxo de caixa referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 :

	31/12/2012 Publicado	Efeito proporcional Base de Remuneração Regulatória	Efeito proporcional da RH 1.406/12	31/12/2012 Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro do exercício	14.289	(2.268)	(517)	11.504
Resultado da equivalência patrimonial	(14.305)	2.268	517	(11.520)
Outros	(33)			(33)
	(49)			(49)
Aumento (redução) de Ativos e Passivos	8.722			8.722
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais	8.673			8.673
Fluxo de caixa decorrente da atividades de financiamento	(8.691)			(8.691)
Redução líquida em caixa e equivalentes	(18)			(18)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	4.474			4.474
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	4.456			4.456

Demonstração do Valor Adicionado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 :

	31/12/2012 Publicado	Efeito proporcional Base de Remuneração Regulatória	Efeito proporcional da RH 1.406/12	31/12/2012 Reapresentado
Receitas				
(-) Insumos adquiridos de terceiros				
Materiais, serviços de terceiros e outros	(279)			(279)
Valor adicionado bruto	(279)			(279)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	(279)			(279)
Valor adicionado recebido em transferência	14.763			11.978
Receitas Financeiras	458			458
Equivalência patrimonial	14.305	(2.268)	(517)	11.520
Valor adicionado total a distribuir	14.484	(2.268)	(517)	11.699
Distribuição do valor adicionado	14.484	(2.268)	(517)	11.699
Dividendos e JCP Pagos ou declarados	3.394			3.394
Impostos, taxas e contribuições	195			195
Remuneração de capitais próprios – Lucros retidos	10.895	(2.268)	(517)	8.110

3. Resumo das Políticas Contábeis

As principais políticas e práticas contábeis da Companhia estão descritas abaixo e foram aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e nas demonstrações contábeis comparativas.

a. Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros:

Os ativos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. A Companhia possui os seguintes ativos financeiros:

- i) Registrados pelo valor justo por meio de resultado: são ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia gerencia estes ativos e toma decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Estes ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício.

Os principais ativos financeiros que a Companhia tem classificados nesta categoria são: (i) saldos bancários e aplicações financeiras (nota 4). O CPC 40 requer uma classificação em uma hierarquia de três níveis (I, II e III) para mensuração ao valor justo dos instrumentos financeiros, sendo que esse ativo financeiro está classificado no Nível I.

- Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia não possui passivos financeiros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de liquidação em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

- Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

b. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, com risco irrelevante de mudança de seu valor de mercado.

As aplicações financeiras estão classificadas como títulos para negociação, mensuradas ao valor justo por meio do resultado. Estas aplicações financeiras estão registradas ao valor nominal, acrescidos dos rendimentos “pro-rata temporis” até a data do encerramento do exercício, não excedendo ao valor de mercado.

d. Impostos e contribuições a recuperar

São demonstrados pelos valores originais efetivamente recuperáveis no curso normal das operações, atualizados monetariamente de acordo com as regras legais, e representam créditos fiscais associados às retenções de tributos federais.

e. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são realizados para dar curso a discussões judiciais e não estão sendo atualizados monetariamente. São apresentados no ativo na expectativa de que ocorra desfecho favorável para a Companhia.

f. Outros ativos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores de custo e, quando aplicável, incluídos os rendimentos e reduzidos aos valores de realização.

g. Investimento

Entidades controladas em conjunto são aquelas nas quais o Grupo possui controle compartilhado, estabelecido contratualmente e que requer consentimento unânime nas decisões estratégicas operacionais.

A participação em controlada em conjunto está avaliada pelo método da equivalência patrimonial. Os dividendos recebidos desta participação são registrados como uma redução do valor do investimento.

h. Passivo circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

i. Imposto de renda e contribuição social

São calculados e registrados com base nas alíquotas e critérios fiscais vigentes na data de elaboração das demonstrações contábeis. A Companhia adota o regime de apuração pelo lucro real, onde o imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10%, sobre a parcela do lucro que exceder a R\$ 240 mil ano ou R\$ 20 mil mês. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada com base na alíquota de 9%.

j. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas em ativos, avaliações de riscos em contingências, provisões para imposto de renda e contribuição social e outras avaliações similares. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas trimestralmente.

k. Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado - DVA, nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis, de acordo com as normas do CPC aplicáveis às companhias abertas, enquanto que para as normas do IFRS, representam informação contábil adicional.

l. Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicadas pela Companhia

Os pronunciamentos contábeis do IASB, a seguir, foram publicados e/ou revisados, mas ainda não têm adoção obrigatória, além de não terem sido objeto de normatização pelo CPC e pela CVM e, dessa forma, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia em suas demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

A administração da GTD está analisando o teor destes pronunciamentos, entretanto acredita que a sua normatização pelos órgãos reguladores não resultará em impactos nas demonstrações contábeis da Companhia.

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>	<u>Vigência</u>
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Refere-se à primeira fase do projeto de substituição do IAS 39 - Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.
IFRS 7 e IFRS 9 – Modificações a IFRS 7 e IFRS 9	Determina a data de Aplicação Mandatória da IFRS 9 e Divulgações de Transição.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.
IAS 32 - Modificações a IAS 32	Compensação de Ativos e Passivos Financeiros	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.
Modificações às IFRS 10,12 e IAS 27	Entidade de Investimento	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2013	2012
Caixa e depósitos bancários à vista	2	4
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Fundos de investimento	200	4.452
	202	4.456

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

As aplicações financeiras consistem em aplicações em fundo de investimento de curto prazo, administrado pela BNY Mellon Serviços Financeiros D.T.V.M. S.A. e cuja política de investimento consiste na aplicação de recursos em títulos públicos federais ou papéis pré-fixados indexados a média do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) ou à taxa Selic.

5. Tributos a Recuperar

	2013	2012
Não-Circulante		
Imposto de Renda - IR	3.802	3.603
Contribuição Social - CSLL	85	175
	3.897	3.536

O Imposto de Renda - IR e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL correspondente aos montantes recolhidos, quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2º da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, além das antecipações de aplicações financeiras e retenção na fonte referente a serviços prestados. A Companhia mantém no ativo não circulante créditos tributários no valor de R\$ 3.536, cuja realização dependerá da geração de lucros tributários futuros por parte da Companhia.

6. Reconciliação dos montantes de contribuição social e impostos de renda registrados nos resultados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2013 e 2012:

	2013		2012 Reapresentado	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	11.931	11.931	11.504	11.504
Amortização do ágio	(1.009)	(1.009)	(1.009)	(1.009)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT	10.922	10.922	10.495	10.495
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:				
(+) Adições				
Multas Indedutíveis				-
Receita de Juros sobre Capital Próprio	2.266	2.266	2.106	2.106
Amortização ágio sobre investimento	1.009		1.009	
	3.275	2.266	3.115	2.106
(-) Exclusões				
Equivalência Patrimonial	(12.086)	(12.086)	(11.520)	(11.520)
Despesa de Juros sobre Capital Próprio	(2.266)	(2.266)	(2.106)	(2.106)
	(14.352)	(14.352)	(13.626)	(13.626)
Base de Cálculo:	(155)	(1.164)	(16)	(1.025)
Compensações de Prejuízos Fiscais	155	1.164	16	1.025
Imposto de renda e contribuição social no resultado	-	-	-	-

Regime Tributário de Transição

A Medida Provisória 449/2008, de 3 de dezembro de 2008 convertida na Lei nº 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei nº 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais.

A aplicação do RTT é opcional para o biênio 2008 e 2009 e obrigatória a partir de 2010 para as pessoas jurídicas sujeitas ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) de acordo com a sistemática de lucro real ou de lucro presumido.

7. Depósitos Judiciais

Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais recursais à disposição do juízo para permitir a interposição de recurso, nos termos da lei.

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Cíveis	12	12

8. Investimento

a) Movimentação do Investimento na Cia. Energética do Rio Grande do Norte - COSERN

Em 31 de dezembro, a participação da Companhia na Controlada em conjunto COSERN, está a seguir demonstrada:

	<u>2013</u>	<u>2012</u> Reapresentado
Saldo no início do exercício	41.998	41.149
Equivalência patrimonial	12.086	11.520
Equivalência patrimonial reflexa concessão Serviço Público	-	
Ganhos líquidos sobre ativos atuariais - Reflexo	17	(18)
Juros sobre o capital próprio	(2.266)	(2.106)
Dividendos recebidos e propostos (ver item 8 c)	(150)	(8.547)
Saldo do final do exercício	51.685	41.998

b) Informações sobre a Cia. Energética do Rio Grande do Norte - COSERN

	<u>2013</u>	<u>2012</u> <u>Reapresentado</u>
Capital social	179.787	179.787
Quantidade de ações da COSERN Subscritas e integralizadas	168.074.028	168.074.028
Quantidade de ações possuídas:		
Ordinárias	7.576.650	7.576.650
Preferenciais – Classes A	1.156.609	1.156.609
Preferenciais – Classes B	<u>1.047.352</u>	<u>1.047.352</u>
Subscritas e integralizadas	<u>9.780.611</u>	<u>9.780.611</u>
Participação no capital		
Capital votante	5,8396%	5,8396%
Capital social	5,8192%	5,8192%
Lucro líquido do período	<u>207.669</u>	<u>198.016</u>
Patrimônio líquido	<u>888.171</u>	<u>721.715</u>

A participação inicial na COSERN foi adquirida por meio de leilão público realizado em 12 de dezembro de 1997 e de leilão especial realizado em 20 de fevereiro de 1998. A Comissão de Valores Mobiliários - CVM deferiu, em 4 de janeiro de 1999, o registro como companhia aberta da COSERN, para negociação dos seus valores mobiliários em bolsa de valores. A Companhia é controladora em conjunto da COSERN, nos termos do Protocolo de Entendimentos firmado entre os acionistas daquela empresa em 11 de dezembro de 1997.

Em reunião de 11 de julho e 13 de dezembro de 2000, o Conselho de Administração da Companhia aprovou sua participação na 1ª e 2ª Ofertas Públicas de Ações da COSERN, realizadas em 12 de maio e 22 de dezembro de 2000, ofertadas e adquiridas ao preço unitário de R\$ 3,90. Nessas ofertas públicas foram adquiridas 851.280 ações ordinárias e 936.299 ações preferenciais adicionais.

c) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (“JCP”)

A composição analítica dos valores deliberados ou propostos pela Controlada em conjunto COSERN, está a seguir demonstrada:

2013	Ato societário:	Tipo de Provento	Valor por ação (R\$):	Valor Total (R\$ mil):
24/04/2013	Assembleia Geral Ordinária	Dividendos	0,0839905475 ON 0,0923896023 PNA/B	840
30/12/2013	Reunião do Conselho de Administração	JCP	0,2105478219 ON 0,2316026041 PNA/B	2.266*

*Ao montante de JCP aprovado na RCA da COSERN supra citada, incide a alíquota de 15% de IRRF e resulta no valor líquido de R\$ 1.926.

2012	Ato societário:	Tipo de Provento	Valor por ação (R\$):	Valor Total (R\$ mil):
17/04/2012	Assembleia Geral Ordinária	Dividendos	0,177443794 ON 0,1951888173 PNA/B	1.774
17/04/2012	Assembleia Geral Ordinária	Dividendos	0,59332389943 ON 0,6525628937 PNA/B	5.933
28/12/2012	Reunião do Conselho de Administração	JCP	0,2105478219 ON 0,2316026041 PNA/B	2.106*

A aprovação dos dividendos na AGO da COSERN supra citada foi realizada da seguinte forma:

- (i) R\$ 1.774, refere-se à distribuição da Reserva de Retenção de Lucros e;
- (ii) R\$ 5.933, refere-se à distribuição dos dividendos complementares propostos por ocasião do encerramento do exercício de 2011

* Ao montante de JCP aprovado na RCA da COSERN supra citada, incide a alíquota de 15% de IRRF e resulta no valor líquido de R\$ 1.790.

9. Intangível

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Ágio no investimento	19.601	19.601
	<u>19.601</u>	<u>19.601</u>

a) O ágio tem origem na aquisição do direito de exploração de serviço público de energia elétrica e estava sendo amortizado pelo método linear pelo prazo de 30 (trinta) anos. A partir de 1º de janeiro de 2009, conforme determinação da Lei 11.638/07, o ágio deixou de ser amortizado.

b) Teste de redução ao valor recuperável

Os valores recebidos anualmente pela Companhia sob a forma de Dividendos e JCP foram confrontados com os valores pagos a título de ágio na aquisição da COSERN. A amortização anual do ágio no investimento Cosern correspondia ao valor de R\$ 1.009. Em 2012, conforme demonstrado na nota 8, item a, os valores recebidos de Dividendos e JCP, são respectivamente R\$ 840 e R\$ 2.266. Nestas condições, não há indício de perda de recuperabilidade no ativo intangível.

10. Impostos e Contribuições a Recolher

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Circulante		
Programa de Integração Social - PIS	37	35
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	<u>172</u>	<u>160</u>
Total	<u>209</u>	<u>195</u>

11. Patrimônio Líquido

a) Capital social

O Capital social integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é de R\$ 49.646.

A composição do capital social autorizado da Companhia, conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de dezembro de 1997, é de 200.000.000 de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, das quais 52.437.003 ações encontram-se subscritas e integralizadas.

Acionistas	Nº de ações em 31 de dezembro de 2012
Ennesa Fundo de Investimento em Ações	52.437.002
Outros	1
Total	52.437.003

b) Reservas de Lucros

i. Reserva legal

Foi constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, foram constituídos os montantes de R\$ 597 e R\$ 714, respectivamente.

ii. Reserva de Lucros a Realizar

O resultado da Companhia é composto basicamente pela equivalência patrimonial com a Controlada em conjunto COSERN. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia apresenta um saldo de R\$ 22.488 (R\$ 16.888, em 31 de dezembro de 2012) nesta reserva, pela falta de expectativa na realização do lucro.

A constituição desta reserva está em conformidade com o disposto no inciso II do artigo 202 da Lei 6.404/76, o qual define que o pagamento do dividendo poderá ser limitado ao montante do lucro líquido do exercício que tiver sido realizado, desde que a diferença seja registrada como reserva de lucros a realizar.

A movimentação da conta de reserva de lucros está composta como segue:

Movimentações - Reservas de Lucros	R\$ mil
Saldo de Reservas de Lucros em 31 de dezembro de 2011	14.084
Reversão de Reservas de Lucros a Realizar em contrapartida a pagamento de JCP - RCA de 28/12/2012	(2.106)
Constituição de Reserva Legal em 31 de dezembro de 2012	714
Constituição de Reserva de Lucros a Realizar em 31 de dezembro de 2012	4.196
Saldo de Reservas de Lucros em 31 de dezembro de 2012	16.888
Reversão de Reservas de Lucros a Realizar em contrapartida a pagamento de JCP - RCA de 28/12/2012	(3.498)
Constituição de Reserva Legal em 31 de dezembro de 2012	597
Constituição de Reserva de Lucros a Realizar em 31 de dezembro de 2012	8.501
Saldo de Reservas de Lucros em 31 de dezembro de 2013	22.488

c) **Outros Resultados Abrangentes - Reflexo**

No patrimônio líquido, a demonstração de outros resultados abrangentes reflexo, em atendimento ao CPC 26(R1), inclui os ganhos e perdas, não realizados, decorrentes da mensuração a valor justo do ativo financeiro disponível para venda, líquida dos efeitos tributários, na controlada COSERN.

d) **Resultado básico por ação**

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro ou prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pelas ações emitidas durante o exercício em poder dos acionistas, ou seja, em circulação.

e) **Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio**

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos não inferiores a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzidos das destinações determinadas pela Assembleia Geral. A administração da Companhia está propondo a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 2.833.

A composição dos montantes de Dividendos e JCP deliberados em 2013 e 2012 está composta como segue:

2013				
Data:	Ato societário:	Tipo de Provento	Valor por ação ON (em R\$):	Valor Total (em R\$ mil):
30/04/2013	Assembleia Geral Ordinária	Dividendos	0,064720	3.394
15/05/2013	Reunião do Conselho de Administração	Dividendos	0,023499	1.232
30/12/2013	Reunião do Conselho de Administração	JCP	0,0432124	2.266
				<u>6.892</u>

O montante dos Dividendos e de JCP aprovados respectivamente nas RCA's de 15/05/2013 e de 30/12/2013 têm como contrapartida a reversão da conta de Reserva de Lucros a Realizar.

2012				
Data:	Ato societário:	Tipo de Provento	Valor por ação ON (em R\$):	Valor Total (em R\$ mil):
25/05/2012	Reunião do Conselho de Administração	Dividendos	0,118074	6.191
28/12/2012	Reunião do Conselho de Administração	JCP	0,040156	2.106
				<u>8.297</u>

O montante de JCP aprovado na RCA de 28/12/2012 tem como contrapartida a reversão da conta de Reserva de Lucros a Realizar.

A movimentação do saldo da conta de Dividendos e JCP a Pagar é composta como segue:

Saldos em 31 de dezembro de 2011:	2.500
Dividendos e JCP Declarados	11.691
Dividendos e JCP Pagos	(8.691)
Saldos em 31 de dezembro de 2012:	5.500
Dividendos e JCP Declarados	6.332
Dividendos e JCP Pagos	(6.732)
Saldos em 31 de dezembro de 2013:	5.100

A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios é como segue:

	2013	2012
Lucro líquido do exercício	11.931	14.289
Reserva legal (5%)	(597)	(714)
Base de cálculo dos dividendos	<u>11.334</u>	<u>13.575</u>
Dividendos obrigatórios - 25%	2.833	3.394
Dividendos mínimos obrigatórios	2.833	3.394
Dividendos Adicionais Propostos	-	-
	<u>2.833</u>	<u>3.394</u>

12. Instrumentos financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas *versus* as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, seja em derivativos, seja em outro ativo de risco.

a) Ativos e passivos financeiros:

Os ativos e passivos financeiros da Companhia são caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de controlada em conjunto, depósitos judiciais, e contas a pagar e fornecedores. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os valores estimados de mercado dos instrumentos financeiros podem ser assim demonstrados:

Natureza	Categoria	2013		2012	
		Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	202	202	4.456	4.456
Contas a receber com controlada em conjunto	Empréstimos e recebíveis	2.077	2.077	2.630	2.630
Depósitos judiciais	Empréstimos e recebíveis	12	12	12	12
Contas a pagar à controladora	Outros passivos financeiros	5.100	5.100	5.500	5.500
Contas a pagar serviços prestados	Outros passivos financeiros	20	20	10	10

b) Risco de crédito:

A contratação e o controle de operações financeiras são efetuados através de critérios gerenciais periodicamente revisados que consideram requisitos de solidez financeira, confiabilidade e perfil de mercado da entidade com a qual são realizadas.

c) Risco de fraude:

A Companhia monitora todas as transações financeiras realizadas no curso do exercício não havendo nenhum indicio de erro intencional.

d) Risco de taxa de juros:

O resultado financeiro da Companhia está suscetível a variações decorrentes das operações com aplicações financeiras em títulos públicos federais ou papéis pré-fixados indexados à média do CDI ou à Taxa Selic.

13. Despesas Operacionais

Despesas	Despesas Gerais e Administrativas	
	2013	2012
Serviços de Terceiros	142	140
Tributos	209	202
Publicações	45	49
Contribuição a associações e entidades de classe	54	53
Outras	31	29
Total	481	473

14. Receitas financeiras

Receita Financeira	2013	2012
Renda de aplicações financeiras	133	229
Variação monetária	193	228
Total	326	457

15. Transações com Partes Relacionadas e Remuneração dos Administradores

A Companhia é controlada pelo Ennesa Fundo de Investimento em Ações, sendo este controlado pelos seguintes fundos de pensão: (a) FACHESF - Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social, (b) FASERN - Fundação Cosern de Previdência Complementar, (c) BANORTE - Fundação Manuel Baptista da Silva de Seguridade Social, (d) FUNCASAL - Fundação Casal de Seguridade Social, (e) CELPOS - Fundação Celpe de Seguridade Social, (f) FAELCE - Fundação Coelce de Seguridade Social.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influências significativas sobre a Companhia.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

- a) Aplicação Financeira - refere-se basicamente a aplicações financeiras em fundo de investimento administrado pelo BNY Mellon Serviços Financeiros D.T.V.M. S.A., conforme descrito na nota 4.

A remuneração dos administradores é realizada integralmente pelos controladores (Fundos de pensão). A Companhia não realizou qualquer pagamento ao pessoal-chave da administração, assim como não há remuneração baseada em ações da própria companhia ou incentivos de longo prazo.